

Nesta semana, aconteceu importante debate para o setor de saúde e o País. José Cechin, diretor executivo da FenaSaúde, esteve presente na audiência pública da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, realizada na Câmara dos Deputados. O encontro tratou da questão “Planos de Saúde e a crescente população idosa no Brasil”.

No evento, foi apresentado o cenário de mudança demográfica da população nacional para os próximos anos. Cechin mostrou dados dos custos por faixa etária e a evolução das internações e atendimentos ambulatoriais. “Seremos uma sociedade de idosos em pouco tempo. Quanto mais velhos, mais se utiliza os serviços de saúde, que ficam cada vez mais complexos. Mas envelhecer é positivo e esperado. Quem envelhece hoje envelhece melhor e as próximas gerações poderão ser ainda mais saudáveis”, afirmou.

A gerente econômico-financeira e atuarial de Produtos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Daniele Rodrigues Campos, explicou detalhes do setor, como o pacto intergeracional. “Os reajustes são necessários, o papel da entidade é proteger os beneficiários com regras e manter seus canais abertos. O envelhecimento da população, a introdução de novas tecnologias e a judicialização são custos não controláveis. Já o uso adequado dos serviços médicos é um custo controlável, que pode ser aprimorado pelas operadoras”, afirmou.

Não é de hoje que acendemos esse alerta. Segundo nossa “[Projeção das despesas assistenciais da saúde suplementar](#)”, as operadoras de planos de saúde devem gastar R\$ 383,5 bilhões com assistência de seus beneficiários em 2030. Isso representa um avanço de 157,3% em relação ao registrado em 2017.

De acordo com o levantamento, o efeito do crescimento populacional e a mudança na composição etária da sociedade brasileira, o setor de saúde suplementar deve firmar mais 4,3 milhões de vínculos até 2030. O que elevaria o total de beneficiários para 51,6 milhões.

Um dos pontos fundamentais na busca por frear os crescentes gastos em saúde diz respeito à mudança do modelo da assistência, como de práticas que foquem na Atenção Primária à Saúde. Portanto, é com bons olhos que vemos ações que incentivem essa modalidade. “É necessário mudar a organização do sistema e a melhoria da qualidade com coordenação do atendimento. Sem um sistema integrado, exames são repetidos e, às vezes, desnecessários. Com a coordenação do cuidado, pode-se ter uma atenção melhor com menor custo”, apontou Ana Paula Cavalcante, gerente de Estímulo à Inovação e Avaliação da Qualidade Setorial da ANS.

O debate também contou com a participação de Carlos Augusto Melo Ferraz, secretário de Controle Externo da Saúde do Tribunal de Contas da União (TCU); Ana Carolina Navarrete, advogada do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor; Andrey de Freitas, da Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor (Senacom) e Ricardo Dias Holanda, representante da Federação Brasileira de Órgãos de Defesa do Consumidor (Febracon).

Fonte: IESS, em 30.04.2019.